



## EDUCAÇÃO & GÊNERO: QUESTÕES PARA UMA SALA DE AULA MAIS PARTICIPATIVA

EDUCATION & GENDER: ISSUES FOR A MORE PARTICIPATORY CLASSROOM

Dra. Aline Reis Calvo Hernandez

---

Doutora em Psicologia Social e Metodologia pela UAM  
Professora Adjunta da UFRGS  
aline.hernandez@ufrgs.br

Dra. Juliana Vieira Sampaio

---

Doutora em Psicologia pela UFPE  
Professora Colaboradora da UFMG  
julianasampaio@sobral.ufc.br

Dra. Rita Helena Sousa Ferreira Gomes

---

Doutora em Filosofia pela UFMG  
Professora Associada da UFC/Sobral  
ritahelenagomes@ufc.br

Ma. Juliana Maria do Nascimento Mota

---

Mestra em Psicologia e Políticas Públicas pela UFC/Sobral  
Professora Substituta da UFC/Sobral  
julianamemota@gmail.com

A dificuldade do debate sobre gênero nos espaços públicos de ensino contribui para a reprodução de práticas de discriminação/desigualdade de gênero institucionalizadas. Partindo dessa questão, este trabalho buscou investigar como as relações de gênero atravessam a sala de aula, são interpretadas e trabalhadas pelas (os) docentes do ensino médio da escola pública. Partindo-se dos estudos feministas e *queer* construiu-se o embasamento teórico para a exploração e análise. A perspectiva metodológica é direcionada pela abordagem qualitativa, de caráter exploratório, conduzida pela ferramenta de Pesquisa Intervenção (PI) e oficinas. Para avaliação dos elementos identificados, foi utilizada a proposta da análise do discurso, tendo ainda o diário de campo como ferramenta de auxílio. Os resultados indicam: que ocorrem diferentes formas de violência de gênero no ambiente escolar, sem estratégias claras de enfrentamento dessas questões; fragilidades de ação coletiva no contexto de pandemia de COVID-19; discursos sociais coercitivos contra docentes; confusões de entendimento e conflitos sobre a temática e formas de abordagem em sala de aula. Com este artigo, pretende-se fomentar maiores reflexões, investigações e ações coletivas sobre as relações de gênero na escola e, assim, (re)pensar políticas e processos educativos para todas as pessoas que atravessam e são produzidas pelas práticas e espaços de ensino público.

**Palavras-chave:** Questões de gênero, Gênero, Educação, Docência.

## Introdução

Diante da brutalidade do fenômeno e de suas consequências individuais e sociais, a violência de gênero é apontada como um problema mundial, marcada como uma questão de saúde pública e de direitos humanos (OPAS, 2017). Neste artigo, apresentamos uma pesquisa que enlaça sociologia, psicologia e filosofia de base feminista para lançar luzes sobre como esta complexa questão atravessa a sala de aula.

A violência de gênero não possui uma definição universal, mas é caracterizada pela Organização das Nações Unidas como “qualquer tipo de agressão física, psicológica, sexual ou simbólica contra alguém em situação de vulnerabilidade devido à sua identidade de gênero ou orientação sexual” (ONU, 2017).

The difficulty of the debate on gender in public teaching spaces contributes to the reproduction of institutionalized gender discrimination/inequality practices. Based on this question, this work sought to investigate how gender relations across the classroom, are interpreted and worked on by public high school teachers. Feminist and queer studies are the theoretical basis for exploration and analysis. The methodological perspective is guided by the qualitative approach, of an exploratory nature, conducted by the Intervention Research (IP) tool and workshops. To evaluate the elements identified, the proposal of discourse analysis was used, with the field diary as an aid tool. The results indicate: that there are different forms of gender violence in the school environment, without clear strategies to face these issues; weaknesses of collective action in the context of the COVID-19 pandemic; coercive social discourses against teachers; confusions of understanding and conflicts about the theme and ways of approaching it in the classroom. This paper intends to foster reflections, investigations, and collective actions on gender relations at school and, thus, (re)think educational policies and processes for those who are related to the practices and spaces of public education.

**Keywords:** Gender Issues, Gender, Education, Teaching.

Violência de gênero é produto de uma cultura patriarcal, de uma organização social de privilégio masculino em detrimento do feminino (ALBERNAZ; LONGHI, 2009). A concepção da mulher objeto e a performance do masculino engendram percepções equivocadas de valores humanos e relações precarizadas (MINAYO, 2005). Mesmo que a violência de gênero possa afetar qualquer pessoa, independentemente de sua identidade de gênero e/ou sexualidade, a maioria dos registros deste tipo de agressão denunciam um aspecto misógino em que as mulheres e LGBTs são as maiores vítimas (FIALHO; SOUZA 2020).

Em todas as esferas sociais e institucionais, inclusive na escola, as mulheres vivenciam uma experiência crescente de depreciação e violência, na medida em que há uma conjuntura de supervalorização do homem (MINAYO, 2005; ALBUQUERQUE, 2020). Embora a escola não seja a principal causadora dessas situações, é possível incluir nas pautas e práticas escolares o debate sobre essa conjuntura. Afinal, a escola tem potencial para ser um espaço de superação dessas violências, um lugar de desenvolvimento e respeito à pluralidade humana (JUNQUEIRA, 2012).

Em estudos sobre violência de gênero nas escolas, secundaristas e docentes relatam cada vez mais suas experiências com o machismo e o sexismo entre os muros escolares (VILELA, 2016). É presente uma “pedagogia do insulto” contra pessoas LGBTs no contexto educacional (JUNQUEIRA, 2012). Nesse sentido, a escola se configura como um ambiente hostil, normatizante, onde ocorrem preconceitos e discriminações (FIALHO; SOUZA 2020).

Tais condições adversas à pluralidade de expressões de gênero e sexualidades, impactam negativamente no rendimento escolar dos estudantes (BRASIL, 2009). Além dos impactos cognitivos, pesquisas apontam a dimensão do sofrimento e adoecimento mental das/dos estudantes LGBTs, especialmente em pessoas travestis e transsexuais (GARCIA & SONETTI, 2020). Vigora assim, uma forma de educação heteronormativa, religiosa, que marginaliza existências que divergem da norma cisheteropatriarcal.<sup>1</sup>

Em dados coletados pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), foi verificado que 93,5% dos entrevistados possuíam preconceito de gênero no espaço escolar (ALBUQUERQUE, 2020). O estudo destacou a gravidade do problema e a urgência de intervenções no ambiente educacional, pois o pensamento e prática sexista são estruturais

<sup>1</sup> Termo utilizado por Akotirene (2020) em seu livro: **Interseccionalidade**. O termo se refere à junção entre as normais sociais da cisgeneridade, heterossexualidade e patriarcalismo formando uma estrutura social de opressão.

para atitudes de violência. Na análise do trabalho da FIPE, defende-se uma educação sexual e de gênero como pontos de educação para a cidadania, defesa dos direitos humanos, de sociedade plural e democrática.

Segundo Fialho e Souza (2020), a ocorrência da violência de gênero no ambiente escolar também foi resultado encontrado na pesquisa Nacional de Saúde do Escolar realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2015. Os registros foram de que 47% dos estudantes já sofreram alguma violência<sup>2</sup> na escola (discriminação recorrente - *bullying*). Os autores concluíram que ocorriam, naqueles espaços, práticas educacionais preconceituosas e discriminatórias, atitudes divergentes à perspectiva dos direitos humanos.

Com base no Relatório Luz 2019 para a Agenda 2030, o país tem realizado várias medidas que divergem dos compromissos internacionais e das políticas de enfrentamento às desigualdades sociais de gênero (CARDOSO et al.; 2019). Além de sugerir melhorias nos indicadores de dados, o documento recomenda a necessidade de assegurar a discussão sobre gênero e sexualidade nas escolas como medida de prevenção e confronto à violência de gênero.

Para bem compreender e combater a violência de gênero, é preciso desfazer percepções equivocadas que constantemente confundem gênero, sexualidade e sexo. Na visão exclusivamente médica, biológica dos corpos, sexo foi e ainda é utilizado como referência para designar quem deve ser visto, se comportar como homem ou mulher, as formas de relações e desejos. Contrário a tal visão reducionista, opressora, o uso do termo gênero nas pautas feministas busca trazer a natureza social dos corpos, problematizando as diversas expressões humanas, distanciando-se de uma suposta natureza (GOMES, 2012).

Diante disto, a categoria gênero, na concepção dos estudos feministas e decoloniais, assume posição estruturante na condução deste trabalho. Gênero é uma categoria analítica e política, uma construção social e histórica sobre as distinções biológicas dos corpos que são atravessadas por características sexuais socialmente elaboradas. São nas relações sociais, seus discursos e linguagens que o “gênero” emerge e se reproduz (BENTO, 2006; LOURO, 2014). Constituinte de subjetividades, não há um determinismo, essencialismo biológico. É na arena social das práticas relacionais, institucionais que as desigualdades, hierarquias de gênero ocorrem.

---

<sup>2</sup> Outra referência informa “que aproximadamente 20% dos alunos pesquisados afirmaram rejeitar colegas de classe transexuais, travestis e homossexuais” (ABRAMOVAY, 2015).

Considerando a dificuldade deste debate nos espaços públicos, é vital o aprofundamento sobre as discussões sobre gênero e violência de gênero nas escolas. A escola, os currículos escolares são discursos de poder e tanto por isto, se faz necessário a luta pela manutenção dos direitos duramente já “alcançados” e ampliação dos espaços de discussão.

Inserindo-se neste campo, este trabalho realizou uma exploração com docentes do ensino médio da escola pública do município de Sobral – CE, tendo por objetivo principal investigar como as relações de gênero atravessam a sala de aula são interpretadas e trabalhadas pelas (os) professoras (es).

A perspectiva metodológica ocorreu através da abordagem qualitativa, de caráter exploratório, conduzida pela ferramenta de Pesquisa Intervenção (PI) e utilizando as ferramentas das oficinas. Os encontros ocorreram de forma remota<sup>3</sup>, durante o período de agosto a setembro de 2021.

Referente à dimensão teórica e de análise da pesquisa, buscamos estruturação a partir dos estudos feministas, decoloniais, *queer*, perspectivas interseccionais e dos campos de conhecimento da Sociologia, Filosofia e Psicologia, Educação, saberes essenciais na construção da crítica ao modelo binário dos papéis sociais de gênero.

Até aqui, foram apresentados dados e informações acerca da violência de gênero, em específico a sua relação com o campo educacional, escolar e suas implicações psicossociais para a comunidade discente e sociedade. Nas próximas páginas que seguem serão expostas: 1) a construção metodológica: estrutura, condução, apreensão e análise dos dados; 2) os resultados, as categorias identificadas e discussões decorrentes; 3) as considerações, lacunas e possibilidades percebidas no decorrer do processo da pesquisa.

### **1. Percorso Metodológico: uma aposta feminista no entrelaçar da investigação.**

Conforme as premissas da pesquisa feminista, não há intenção de neutralidade nesta investigação (HARDING, 2019). Da escolha do tema à condução do exame de “dados”, o delineamento está implicado no questionamento da suposta naturalidade acerca das desigualdades sociais e violência de gênero. Neste sentido, é fundamental que se leia o percurso metodológico a seguir detalhado como atravessado por esta perspectiva e ética

<sup>3</sup> Em cumprimento às medidas sanitárias contra a disseminação da covid-19, desde março de 2020 até o momento da realização das oficinas, as atividades acadêmicas presenciais em todo o Ceará estavam suspensas.

feministas. Assim sendo, a procura de articulações, explicações, intervenções sobre as multifaces das questões de gênero no espaço escolar não está desligada da experiência pessoal identitária da pesquisadora principal de ser uma mulher, periférica, estudante de instituições públicas. Posicionada de modo a esperar por uma sala de aula que produza capacidade de viver e prazer (hooks, 2017), registro as inquietações e linhas nesses caminhos de pesquisar.

A condução da pesquisa teve a Pesquisa-Intervenção (PI) como ferramenta teórico-metodológica, em razão do caráter de construção coletiva no ato de pesquisar/conhecer. De forma crítica e buscando a transformação da realidade, a pesquisa-intervenção originária do campo das pesquisas participativas é oposta à posição de saber tradicional que deslegitima diversas possibilidades de subjetivação, organização sociopolítica, criação e análise de sentidos não hegemônicos (ROCHA; AGUIAR, 2003).

Na operacionalização da pesquisa, foram utilizadas oficinas a fim de fomentar a discussão sobre os temas principais e construção coletiva de ações que visem diminuir processos de estigmatização, violência de gênero na sala de aula. As oficinas funcionaram como estratégia metodológica de aproximação e recriação de sentidos individuais e coletivos dos temas abordados, considerando que permitem abertura para reflexões, mudanças de consensos, novas possibilidades e capacidades de recriações de saberes e práticas (SPINK et al., 2014).

A ferramenta do diário de campo, tal como entendida por Kroef, Gavillon e Ramm (2020) também foi agregada às oficinas enquanto instrumento de registro da pesquisadora sobre sua percepção durante atividades.

Para análise de dados coletados, optou-se pela análise de discurso para investigar as produções da linguagem e seus significados presentes (MINAYO, 2014). Posta a compreensão de que os discursos são elementos da linguagem empregada pelos sujeitos nos seus enunciados e representações (COYLES, 2010). Em seguida, os dados coletados e ações observadas foram analisados a partir do referencial anteriormente citado, respeitando todos os aspectos éticos e técnicos da pesquisa científica, conforme as resoluções vigentes<sup>4</sup>.

A pesquisa em questão teve realização no município de Sobral, com docentes<sup>5</sup> de uma Escola de Ensino Médio (EEM)<sup>6</sup>, localizada na zona norte do estado do Ceará. A escola

<sup>4</sup> Projeto aprovado sob o registro CAAE: 50319221.1.0000.5053.

<sup>5</sup> As(os) docentes serão identificados ao longo do texto por letras do alfabeto, não tendo nenhuma relação com os nomes verdadeiros, a fim de resguardar o sigilo das(os) participantes.

<sup>6</sup> A “decisão” pela escola em questão ocorreu por ser a única que aceitou receber a proposta de intervenção da pesquisa em andamento. Vale ressaltar aqui as boas relações entre a direção da escola e o projeto de extensão universitária na qual a pesquisadora foi outrora participante. Diferentes escolas foram consultadas, mas sem sucesso de espaço para a realização das oficinas.

pública da rede estadual de ensino regular<sup>7</sup> existe desde 1964 no município, estando com 25 profissionais no quadro<sup>8</sup> docente de 2021, atendendo 432 estudantes do ensino médio, divididos nos turnos da manhã e tarde, conforme a informação apresentada pela diretora da escola.

As oficinas ocorreram nos meses de agosto e setembro de 2021, exclusivamente de modo virtual. A participação média nas oficinas foi de 4 participantes, em sua maioria homens<sup>9</sup>.

Tabela 01: Temas das Oficinas

Oficinas <sup>10</sup>	Assuntos/Temas	Quantidade de Participantes
1º	Apresentação/Formulário Inicial	5
2ª	Contexto Docente	4
3 e 4º	Direitos das Mulheres À Educação	5
5º e 6º	Questões de Gênero e Devolutiva do grupo	7
7º e 8º	Violência de Gênero e Violência contra as mulheres	4
9º	Violência contra as mulheres	5
10ª	Homofobia	2
11º e 12º	Preconceito, discriminação e violência contra LGBTQIA+	2
13º	Encerramento/ Formulário Final	6

Fonte: dados da pesquisa.

## 2. Currículos para (re)construção: *quantas vidas estamos deixando pra trás?*<sup>11</sup>

A escola é um importante campo de acesso à garantia de direitos, cidadania, espaço de subjetivação. Uma educação que promova a diversidade de diálogos e possibilidades de existência é um ambiente de promoção de saúde também. Amplo campo de disputa, é nosso dever questionar o currículo ultrapassado, a didática vazia, as normas de controle, o ensino da barbárie para as nossas juventudes. O que estamos ensinando para as novas gerações?

<sup>7</sup> A partir de 2022, a escola deverá ofertar o currículo do novo ensino médio. Ressalta-se que na nova estrutura, os termos gênero e orientação sexual foram suprimidos do PNE (2017). É no mínimo preocupante que mesmo não sendo temas abolidos das competências a serem trabalhadas em sala de aula, tais temáticas estejam ausentes no texto da base curricular.

<sup>8</sup> Relação docente estava distribuída entre 23 docentes efetivos e 02 temporários. Constavam 11 professores e 14 professoras. Durante as oficinas não houve resposta sobre identidade de gênero ou sexualidade dissidente.

<sup>9</sup> Ainda que as mulheres fossem a maioria do quadro docente, ocorreu uma maior adesão e participação por parte dos homens nos encontros. Não foi possível investigar os motivos sobre o menor engajamento das professoras nas oficinas.

<sup>10</sup> O plano era de ser uma oficina a cada encontro. No entanto, identificando a proximidade dos temas e baixa participação docente, em alguns dias foram discutidos mais de um tema por vez. Ressalta-se ainda que também pela baixa adesão, nem todos os temas foram discutidos. O encerramento precisou ocorrer mais cedo, em razão da retomada do semestre letivo.

<sup>11</sup> Essa pergunta foi um questionamento da professora G que encerrou o encontro de tema “Questões de Gênero”.

Que corpos estamos deixando pelo caminho? Uma escola excludente é uma ferida que se abre na história de alguém.

No currículo está documentado o que deve ser dito e, de modo implícito, o que não deve, o que pode então ser silenciado, não discutido. Mesmo antes das limitações impostas pela nova BNCC (2017), a discussão sobre o conceito de gênero dentro das escolas era constantemente afastada, quando não totalmente barrada. Tão importante quanto ouvir o que é dito sobre os sujeitos, é perceber aqueles que não podem falar, existir na escola (LOURO, 2020). Na garantia da norma colonial de alguns, vai se certificando a eliminação de tantos outros.

Os documentos, as normas escolares com seus discursos aparentemente ‘invisíveis’, são na verdade potencialmente letais (PORTO, 2019). O currículo educacional, a escola, são dispositivos de controle dos corpos, de uma implementação de posições binárias e heteronormativas das expressões de gênero e sexualidade. Excluindo assim, manifestações diferentes e divergentes à norma dita e “mal-dita”.

Vale ressaltar que, anterior às definições do que pode ou não ser discutido em sala de aula, o currículo da formação docente também é ponto de preocupação. Com base no formulário respondido pelas(os) participantes, apenas 03 delas(es) tiveram uma formação onde os temas gênero e sexualidades tenham sido apresentados/discutidos. Para as(os) demais, o acesso às discussões sobre gênero, sexualidade, violência contra a mulher ocorreram no período após a graduação, durante as formações continuadas, ações que são estimuladas pela rede educacional do governo estadual e/ou municipal. Quando perguntados sobre a inclusão dos temas sobre gênero e sexualidade no currículo de formação docente/ou discente, as/os docentes se mostraram favoráveis, destacando a importância da proposta.

Considerando que o currículo docente e/ou discente estrutura a construção dos trabalhos em sala, não são à toa os mais diversos ataques dos setores conservadores às formulações de políticas educacionais progressistas, em específico as implementadas pelos governos Lula-Dilma (2003 – 2015). Mesmo antes da eleição de Jair Bolsonaro, iniciativas que buscavam ampliar o acesso e conhecimento acerca de gênero e sexualidades dissidentes sofriam com ataques com as mais diversas distorções conceituais, a exemplo dos atos<sup>12</sup> contra a visita de Judith Butler ao SESC Pompeia também em 2017.

<sup>12</sup> Notícia veiculada no site *El País* (2017), acessível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/07/politica/1510085652\\_717856.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/07/politica/1510085652_717856.html).



Destaca-se que os índices de violência sexual contra crianças e adolescentes crescentes a cada ano<sup>13</sup>, o genocídio da juventude preta<sup>14</sup> e periférica, os números de abandono/evasão escolar<sup>15</sup> (agravadas pela pandemia de Covid-19), para citar que alguns exemplos de violações de direitos humanos de adolescentes e jovens pelo país, não são temas de preocupação evidentes pela ala conservadora, o que deve nos levar a pensar sobre o que está em jogo nesta forma veemente pela qual o termo gênero é combatido.

### 3. Esse tal de gênero: evocando medos e desestabilizando diálogos.

Compreendido de modo limitante e pervertido, o termo gênero é comumente colocado como algo sexual/erótico, perigoso, mesmo por parte de alguns educadores. Com o avanço dos discursos neofascistas e com a pauta moral de determinados setores religiosos, gênero tornou-se ponto das mais diversas distorções conceituais (JUNQUEIRA, 2019). “Ideologia de Gênero” tornou-se expressão batida na agenda política dos grupos reacionários. Presente das redes sociais ao planejamento das ações do poder executivo vigente (2022), a inversão de tal doutrina conseguiu provocar primitivos sentimentos de ameaça social.

Gênero é termo, conceito de amplo debate não para fins de produção de uma definição exata, estática, mas com objetivo de promoção de diálogo e com distanciamento de entendimentos equivocados acerca do tema. Ainda é presente e bastante perigosa a compreensão de que gênero e sexualidade são relacionais e naturais. Assim, é bastante limitante uma BNCC (2017) que retira gênero e sexualidade do documento no lugar de reforçar a necessidade de aprofundamento e disseminação dessas discussões.

Os discursos e as ideologias que constroem o medo e a censura na escola pública tiveram forte avanço após a mudança de gestão no Ministério da Educação (MEC) e a extinção do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH) pelo governo Bolsonaro. O então Ministério da Mulher, da Família e dos

<sup>13</sup> Conforme dados veiculados pela UNICEF – Brasil (2021), acessível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/nos-ultimos-cinco-anos-35-mil-criancas-e-adolescentes-foram-mortos-de-forma-violenta-no-brasil>

<sup>14</sup> Maiores detalhes em Atlas da Violência 2020. Acessível em <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>

<sup>15</sup> Mais de 05 milhões entre crianças e jovens estavam sem acesso à escola em 2020. Acessível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/criancas-de-6-10-anos-sao-mais-afetadas-pela-exclusao-escolar-na-pandemia#:~:text=Em%20novembro%20de%202020%2C%20mais,universalizada%20antes%20da%20Covid%2D19.>

Direitos Humanos, chefiado por Damares Alves<sup>16</sup>, foi sido um vetor de *fake News* sobre a discussão e ações sobre gênero e sexualidades nas escolas. O que deveria ser um ministério promotor de direitos humanos, na verdade é uma pasta que desconsidera tais questões. Quando perguntado ao grupo como era discutir/ trabalhar sobre as questões de gênero em sala, algumas respostas destacaram o caráter desafiador e o medo da reação das famílias, e também que:

*Há muita polarização.... A gente tem que pisar em ovos... É por isso que é um desafio hoje na sociedade contemporânea a questão de gênero né, a gente tem que ter muito cuidado quando for falar. Infelizmente a gente não pode estar falando digamos assim abertamente numa escola principalmente fundamental, mas no ensino médio né a gente vai ter que ter um planejamento muito dedicado a isso pra gente não acabar ferindo os sentimentos né de outras pessoas ou a gente se passar aí digamos assim parcial e nós temos que ser imparcial em relação à informação que a gente passa para os nossos estudantes (docente A)*

Destarte, em relação ao gênero, conceito produzido a partir dos movimentos e lutas feministas, também não há um consenso e definição exata. No entanto, conforme autoras como Berenice Bento (2006), Guacira Louro (2014) e Judith Butler (2017), gênero ainda que considere elementos físicos do corpo, não é definido pelo sexo biológico ou sexualidade.

A confusão entre gênero e sexualidade foi identificada nas respostas iniciais do formulário e no decorrer dos encontros. Para pergunta “*Como as questões de gênero e sexualidades se manifestam na escola onde trabalha, na sua sala de aula?*” tivemos as seguintes respostas

*Através de notícias de telejornais e comentários destas. (Docente E)*

*Nem sempre são harmônicas. Na escola onde eu trabalho tivemos eventos com boas oficinas e debates sobre a questão, as quais tiveram ampla participação. Contudo, creio que dois elementos são fundamentais para que se realize um trabalho mais consistente: (i) inserir no currículo; (ii) formação continuada para todos os professores. Não faz sentido haver mediação apenas mediante conflitos e, da mesma forma, se um professor não tem nenhuma formação no sentido de compreender o seu papel (independente de credo e de moralidade), a escola nunca estará preparada para lidar e orientar para a questão. (Docente F)*

*Bem quanto se fala no quesito participação acho que os dois gêneros impõem seu papel quanto ao seu momento e espaço. mas percebo que as mulheres são mais ativas nas discussões. (Docente A)*

*Através dos conteúdos pré-estabelecidos na proposta curricular das disciplinas, trabalhadas em oficinas, minicursos, seminários ou eventos culturais e sociais. (Docente C)*

*Através de falas ou atitudes dos discentes. (Docente B)*

*Temos que conscientizar nossos alunos em relação à homofobia. E ensiná-los a respeitar os colegas "diferentes" que não se adequam aos padrões. E combater a misoginia. (Docente D)*

<sup>16</sup> Sob iniciativa da Ministra, o Disque 100 poderá ser utilizado para receber denúncias contra professoras(res) por incitarem a “ideologia de gênero” na escola. Notícia disponível em <encurtador.com.br/oswQV>

Conforme os estudos feministas e *queer*, patriarcado ou cultura patriarcal, cultura do estupro, dominação masculina, heterossexualidade compulsória, masculinidade hegemônica, sexismo, são os principais contextos que estruturam toda a dinâmica da violência contra mulheres e LGBTs dentro e fora do espaço escolar, produzindo as bases de tantas divergências de opiniões e práticas que envolvem as pautas sobre gênero e sexualidade no debate social. Se todo esse conteúdo hostil está implicado nas mais diversas dinâmicas micro relacionais, institucionais, midiáticas e estampados nos índices de violência contra as mulheres e LGBTs cotidianamente noticiados, dentro da escola não poderia ocorrer um debate, uma prática sem conflitos, contradições e inseguranças.

#### 4. As questões de gênero nas práticas educacionais: um debate de vidro?

Na crônica<sup>17</sup> de Ruth Rocha, é apresentada uma escola onde estudantes são separados em vidros, cada um no seu “lugar” e nada de movimentos, contatos ou brincadeiras em sala de aula. Até que um dia, quando um novo estudante impossibilitado de usar o vidro (leia-se impedido), se movimenta livremente pela escola e acaba por acender a vontade nos demais de saírem, quebrarem seus potes. No entanto, nem toda história é tão lúdica assim. Nas palavras de nossa informante, a interação com o “diferente”, com as diversas formas de expressão de gênero e sexualidade ainda é vidro para não ser tocado, visto, quebrado.

*Essa é uma questão... as questões de gênero esse debate é como se fosse de vidro. Sabe como se é aquela coisa que você manuseia com aquele cuidado porque na maioria das vezes o docente muitas vezes está mais despreparado, tá inseguro para lidar com isso ou ele não está aberto porque ele tem uma preconceção em relação ao que é o que seja gênero, se esforçando para disseminar na sala de aula sua ideologia, né? (Docente F)*

*quando a gente transita em vários outros meses a gente vai percebendo o contrário né que professores estão muito inseguros ainda sabe para discutir essas pautas, evitando, fingindo que não escuta um aluno sobre isso, né? essa acolhida pobre né de ah não existe nome social é besteiro, é frescura, você vê muito isso entre educadores e isso é uma tristeza né é um desserviço para a sociedade, alimenta a continuidade de tensões que não precisariam existir a meu ver (Docente F)*

<sup>17</sup> Ruth Rocha. Admirável mundo louco; uns pelos outros; quando a escola é de vidro. Rio de Janeiro: Salamandra, 1986.

Na dialética do sistema de opressão sexista e patriarcal, diversos elementos de dominação se entrelaçam na formação dessa estruturação ocidental e colonizada que é a sociedade heteronormativa. Uma heterossexualidade compulsória como natureza humana, uma inutilidade de solicitar um passado essencial para explicar o presente, como norma, natural e única de nossa expressão. Produto das tecnologias de gênero (LAURETIS, 2019), essa normatização, esse tipo de tecnologia sexual reduzem corpos, reproduz violências e formas assimétricas de poder (PRECIADO, 2019).

Nos discursos avaliados, ressaltam-se as divergências com que as descrições sobre questões de gênero aparecem, ora como violência dos homens contra a mulher, ora como LGBTfobia. Conforme o tabu acerca do tema de gênero e sexualidades nas escolas, é possível pensar que tal temor alimenta mais desinformação e violência ao invés de efetivamente combater as práticas hostis.

Enfatiza-se que, na estrutura e reprodução das violências de gênero, existem outros fatores que alimentam rotineiramente o fenômeno das violências contra as “minorias”, principalmente após o término abrupto do período mais progressista da suposta democracia brasileira. A difamação dos direitos humanos, o sucateamento das políticas públicas de combate à violência contra a mulher, contra a LGBTfobia, o congelamento de gastos públicos, mercantilização da educação pública, estrutura governamental fascista e a pandemia de Covid-19 agravaram ainda mais as desigualdades sociais e violências de gênero (BIROLI, MACHADO, VAGGIONE, 2020; CARA, 2019).

##### **5. Por uma sala de aula mais dialógica: “porque só a luta é certeza<sup>18</sup>”.**

A “dignidade da pessoa humana” infelizmente ainda é privilégio. Não faltam legislações, acordos ou registros para documentar e, em muitos casos, efetivamente garantir o direito à vida. Não é “autoevidente” que a criação e fortalecimento de políticas públicas compromissadas com a emancipação e autonomia humana sejam condições essenciais para a uma vida coletiva organicamente saudável.

Os objetivos principais da pesquisa eram investigar como as relações de gênero atravessam a sala de aula, são interpretadas e trabalhadas pelas (os) docentes do ensino médio da escola pública, bem como proporcionar momentos de reflexões para as(os) docentes, de modo que o grupo articulasse estratégias próprias e estruturadas com a realidade do contexto de sala de aula vivenciado. No decorrer da exploração, não foi esquecido que, na escola

---

<sup>18</sup> Frase de Natalha Theofilo. Quilombola, feminista negra, líder camponesa em Anapu (PA) e afrotrancista.

pública, a liberdade de atuação docente anticonservadora, as expressões dissidentes de estudantes, historicamente e rotineiramente são ameaçadas.

Diante desse cenário, reforça-se a ideia de que, somente em aliança, no trabalho coletivo de várias forças e atuações será possível garantir que a educação pública seja mais fortalecida, diversa, saudável. Atuar em educação de modo efetivamente inclusivo somente é possível quando conectado com a cultura de direitos e a prática democrática (COSTA; MULLHER, 2018).

Foram recorrentes nos encontros os comentários de que as principais soluções para um melhor aprofundamento dos temas e outras práxis, seja na escola ou fora dela, concentram-se no debate de gênero e sexualidade na escola, políticas públicas direcionadas por tais conteúdos, bem como, a implementação dos temas sobre questões gênero e sexualidade nos currículos de formação docente e discente. *“É papel da escola fazer esse debate porque nós estamos formando seres humanos”* (Professora F).

Apesar do desafio, incluir e discutir questões de gênero na escola é possibilitar a quebra dos padrões de violência, a construção de outras histórias, corpos e vidas. Evidencie-se que a inclusão e aplicação das práticas educativas dos temas de gênero e sexualidade estão “amparadas” legalmente por instrumentos nacionais e internacionais (CARDOSO; GUARANY; UNGER; PIRES, 2019).

Desestabilizar o padrão da suposta normalidade sobre o gênero é cumprir com as diretrizes e leis de enfrentamento à violência de gênero, promover mais efetividade na promoção dos direitos humanos e, sobretudo, atender ao dever ético-político em favor de uma vida ampla e não de uma vida precária (BUTLER, 2011). Daí ser tão urgente que os ataques reacionários às políticas públicas educacionais (por exemplo, a retirada dos termos gênero e sexualidade na BNCC) sejam modificados e, assim, asseguremos outra legislação e implementação das políticas de educação que sejam cada vez mais inclusivas.

Não bastasse a tímida presença sobre as questões de gênero e sexualidade nas escolas, é presente a nefasta articulação entre fundamentalismo e neoliberalismo que produz tanto um cerceamento às práticas pedagógicas docentes, quanto uma educação acrítica para os discentes. Afinal, é uma falácia a concepção de família e laicidade do Estado adotada pelo movimento conservador (PORTO, 2019).

Diante da dificuldade do debate nas instituições públicas de ensino, é necessário mais espaço para estudiosos das questões de gênero e sexualidade, visando a possibilidade de uma atuação mais embasada, crítica e política por parte de todos aqueles que pensam, elaboram e colocam em prática as políticas educacionais. A escola é campo de diversas disputas e, as

narrativas, as linguagens entram em jogo para manutenção de privilégios, de uma homogeneidade, normalidade mítica. Assim, defendemos a continuidade e fortalecimento das discussões de gênero e sexualidade nas escolas, reforçando a importância de estratégias democráticas e plurais nesse campo.

Destarte, é urgente a formulação de uma educação mais pautada por pedagogias mais afetivas e não apenas numericamente efetivas. A violência acaba com a criatividade e com as possibilidades de engajamento, principalmente das/dos jovens em processo educacional. Pensando a importância que a educação possui, retomamos as inquietações provadas por Louro (2000): Existe educação sem corpo? Pode um currículo ser maior que a vida de uma pessoa? Se um sujeito não pode se expressar, ele existe? Terrorismo e ideologia de gênero é o que, de fato, já ocorre em nome de uma suposta natureza humana, reproduzindo a naturalização de violências.

É próspero que tenhamos diversos progressos em atuações e políticas de combate à violência contra à mulher e LGBTs, tais como a AGENDA 2030, PLAN Internacional, ações da ONU e UNESCO. Todavia, essas minorias continuam a sofrer constantes violações e morte em níveis crescentes. Conforme os dados dos últimos três anos analisados pelo Atlas da Violência<sup>19</sup>, os números de violências contra mulheres e LGBTs não tiveram redução. Neste sentido, tais discussões são urgentes para o surgimento de novas formas de sociabilidade, políticas públicas, direitos sociais e sobretudo, de vidas possíveis de serem vividas.

Tanto por isto, que os estudos feministas, decoloniais *queer*, perspectivas interseccionais, essenciais na construção da crítica ao modelo binário dos papéis sociais de gênero, possam ser ainda mais disseminados nos espaços educacionais.

“Meu conto só chega até aqui; ele termina, o vento leva adiante<sup>20</sup>”.

É inegável o avanço no debate sobre as questões de gênero e sexualidades no campo educacional brasileiro a partir do amparo legal da Constituição Cidadã (1988), Lei de Diretrizes e Bases (1996), Diretrizes Nacionais de Educação (ensino fundamental e médio), Plano Nacional de Educação (2001-2010/2014-2024), Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006;2013), Lei Antbullyng (2015). No entanto, o ambiente escolar ainda permanece atravessado por compreensões equivocadas sobre o tema.

<sup>19</sup> Pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

<sup>20</sup> Trecho adaptado de um conto do livro: A Casa dos Sonhos, Carmen Maria Machado (2021, pág. 345).

Em razão disto, a escola é um ambiente hostil, normatizante, onde ocorrem preconceitos e discriminações, principalmente contra mulheres e LGBTs (Fialho & Souza, 2020). Assim, é problemático que o ambiente escolar, local apresentado/visto como espaço de construções subjetivas para alteridade, não esteja efetivamente colocando em prática os princípios da pluralidade, dignidade humana, conforme os marcos legais, acordos vigentes.

Dentro do ambiente escolar ensina-se para além das matérias. Indiretamente, a emoção, os afetos estão incluídos no processo de aprendizagem. Conforme Paulo Freire (2014) e bell hooks (2019), a aprendizagem deve ser pautada por uma pedagogia humanizadora, por um projeto de leitura e reflexão do mundo de forma aberta, questionadora. Objetiva e subjetivamente, a educação pode ser ponte para que as mulheres, comunidade LGBTs alcancem maiores condições de participação, reconhecimento social, dignidade, fortalecimento psicossocial. A diferenciação entre capacidades humanas em razão do gênero e/ou sexualidade se assemelha à divisão colonizadora que hierarquizava por “raça/etnia” quais pessoas poderiam ser consideradas humanas.

Em relação as hipóteses iniciais, confirmou-se que o medo atravessa a atuação docente quando os assuntos sobre as questões de gênero e sexualidade se apresentam por parte das(os) estudantes. Bem como a formação enquanto graduação das(os) docentes respondentes foi insuficiente e/ou não abordou tais temáticas. No entanto, após a formação, o estudo permanente promovido pela rede de ensino estadual tem fomentado tais assuntos (cursos e afins). Enquanto suposições que emergiram no decorrer deste trabalho, nota-se que a pauta moral intensamente apresentada pelos setores neoconservadores da política brasileira são ataques não exclusivos à educação plural, mas sobretudo uma ameaça à democracia nacional, agravo aos direitos humanos fundamentais (BIROLI, 2019; CARA, 2020).

Referente aos desafios na execução da pesquisa, é necessário pontuar sobre alguns efeitos da pandemia de covid-19. Não bastasse a tensão do risco de contaminação e até morte a que todas(os) estavam sujeitadas(os), o agravamento da saúde mental<sup>21</sup> e sobrecarga de trabalho docente se configuraram como barreiras na realização e condução da pesquisa. Ainda que muitos elementos digitais tenham surgido ou melhorado para a continuação das aulas, eles não foram suficientes para aplacar os índices de evasão e abandono escolar, o aumento da burocracia e cansaço e adoecimento no trabalho das (os) professoras. Talvez por isto, a adesão/participação dos profissionais nas oficinas foi menor que a esperada.

---

<sup>21</sup> Situação evidenciada nos relatos docentes da escola da pesquisa, notícias e pesquisas sobre o assunto.

Ainda que tenha sido de grande importância a participação das(os) integrantes nas oficinas, nas (os) quais manifestaram-se muito favoráveis à inclusão do debate no currículo de formação docente, não é possível deixar de pensar sobre quais condições de abertura ao diálogo em relação aos temas debatidos nas oficinas as(os) demais profissionais tiveram, possuem ou terão; sobre os impactos disto na sala de aula; sobre os silêncios, as ausências nos encontros. Nenhuma resposta podemos oferecer, mas são muitas as perguntas que ficam em aberto.

Apesar das limitações que o trabalho possui, espera-se que esta produção possa contribuir com maiores estudos sobre o tema, fomentar outras pesquisas sobre o assunto, fortalecer práticas e políticas públicas que visem o combate contra as violências de gênero na sociedade, sobretudo nas instituições educacionais.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALBERNAZ, Lady Selma Ferreira; LONGHI, Márcia. “**Para Compreender Gênero: uma ponte para relações igualitárias entre homens e mulheres**”. In: SCOTT, Parry; LEWIS, Liana; QUADROS, Marion Teodósio de (Orgs.). *Gênero, diversidade e desigualdades na educação: interpretações e reflexões para formação docente*. Recife: EDUFPE, pp. 75-96, 2009.

ALBUQUERQUE, Kristine Kelly de. Diálogos de gênero na educação: considerações sobre o projeto Lei Maria da Penha vai às escolas. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 2, e60485, 2020.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BIROLI, Flávia. Autonomia, Dominação e Opressão. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

BIROLI, Flavia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos Machado. **Gênero, Neoconservadorismo e Democracia: Disputas e Retrocessos na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2020

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 248, p. 27833-27841, 23 dez. 1996.



BRASIL. **Lei Nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 7, p.1-20, 10 jan.2001.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. **Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (PNE – 2011/2020).** Brasília: Biblioteca Digital, Câmara dos Deputados, 2011. Disponível em: [http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/5826/projeto\\_pne\\_2011\\_2020.pdf?sequence=1](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/5826/projeto_pne_2011_2020.pdf?sequence=1).

BRASIL. **Resolução CNE/CP Nº 1, de 30 de maio de 2012.** Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Magistério da Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno, [2012a]. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001\\_12.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf).

BRASIL. **Lei nº 13.185, de 06 de novembro de 2015.** Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Disponível em: << [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13185.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13185.htm)>>. Acesso em: 19 de março de 2016.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016.** Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: <Disponível em: <http://bit.ly/2fmnKeD> >.

BRASIL. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012.** Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 jun. 2013. Disponível em: <Disponível em: <http://bit.ly/1mTMIS3> >.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BUTLER, Judith. Vida precária. In: **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, n.1, p. 13-33, 2011. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/18/3>

CARDOSO, Livia de Rezende; GUARANY, Ann Letícia Aragão; UNGER, Lynna Gabriella Silva; PIRES, Manuella de Aragão. GÊNERO EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E CURRÍCULO: do direito às invenções. In: **Revista E-Curriculum**, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 1558-1479, dez. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.23925/1809-3876.2019v17i4p1458-1479>.

CARA, Daniel. Contra a barbárie, o direito à educação. In: CÁSSIO, Fernando. **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar.** São Paulo: Boitempo, 2019.

COYLES, Adryan. Análise do Discurso. IN: Breakwell, Glynis M; Hammond, Sean; Fife-Schaw, Chris; Smith, Jonathan A; Haase, Vitor Geraldí. **Métodos de Pesquisa em Psicologia.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 95-118.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. 2017. 283p.

hooks, bell. Educação Democrática. In: CÁSSIO, Fernando. **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. São Paulo: Boitempo, 2019.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. In: **Revista Bagoas**, v. 01, nº 01, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2256>> Acesso em jun. 2021.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A 'ideologia de gênero' existe, mas não é aquilo que você pensa que é. In: CÁSSIO, Fernando. **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. São Paulo: Boitempo, 2019.

KROEF, Renata Fischer da Silveira; GAVILLON, Póti Quartiero; RAMM, Laís Vargas. Diário de Campo e a Relação do(a) Pesquisador(a) com o Campo-Tema na Pesquisa-Intervenção. In: **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, [S.L.], v. 20, n. 2, p. 464-480, 9 jul. 2020. Disponível em <http://dx.doi.org/10.12957/epp.2020.52579>. Acesso em set. 2022.

LAURETIS, Teresa. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2014.

MACHADO, Carmen Maria. **Na Casa dos Sonhos**. Tradução Ana Guadalupe. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Laços perigosos entre machismo e violência. In: **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 23-26, mar. 2005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-81232005000100005>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed., São Paulo: Hucitec, 2014.

PORTO, J. dos S. (2019). Currículo, gênero e sexualidade: uma análise sobre as práticas discursivas e não-discursivas que reforçam posições de gênero e sexualidade na escola. In: **RELACult - Revista Latino-Americana De Estudos Em Cultura E Sociedade**, n. 5, v. 4. Disponível em: <https://doi.org/10.23899/relacult.v5i4.1264>.

PRECIADO, Paul B. O que é a contrassexualidade? In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

ROCHA, Marisa Lopes da; AGUIAR, Katia Faria de. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. In: **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S.L.], v. 23, n. 4, p. 64-73, dez. 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-98932003000400010>.

SILVA, Denise Regina Quaresma da; COSTA, Zuleika Leonora Schmidt; MÜLLER, Márcia Beatriz Cerutti. Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação. In: **Educação**, v. 41, n. 1, p. 49, 29 maio 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15448/1981-2582.2018.1.29812>.

SONETTI, Sara Laham; GARCIA, Marcos Roberto Vieira. ENSINANDO A DIVERSIDADE OU A TRANSFOBIA? um panorama da educação sobre diversidade sexual e de gênero nas escolas da região de Sorocaba-SP e sua intersecção com saúde mental. In: **Revista Práxis**, Novo Hamburgo, v. 1, p. 173, 10 jan. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.25112/rpr.v1i0.191>

SOUZA, H. H. de, & FIALHO, L. M. F. A Importância das Políticas Públicas Educacionais para as Questões de Gênero e Sexualidade na Escola. In: **Inovação & Amp. Tecnologia Social**, n. 2, v. 3, 19–32, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.47455/2675-0090.2019.1.3.3863>.

SPINK, Mary Jane; MENEGON, Vera Mincoff; MEDRADO, Benedito. Oficinas como estratégia de pesquisa: articulações teórico-metodológicas e aplicações ético-políticas. In: **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 1, p. 32-43, abr. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-71822014000100005>.

*Data da submissão: 01 jul. 2024.*

*Data do aceite: 22 out. 2024.*



*Esta obra está licenciada sob licença Creative Commons Atribuição Não Comercial 4.0 Internacional (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/legalcode.pt>).*